



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17806 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT22 - Educação Ambiental

**A QUESTÃO AMBIENTAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: AVANÇOS E POSSIBILIDADES**

Marcelo Oliveira dos Santos - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

**A QUESTÃO AMBIENTAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: AVANÇOS E POSSIBILIDADES**

## 1 INTRODUÇÃO

Em uma publicação do final dos anos 1980, Artur Soffiati (1990) alertava para a ausência do “meio ambiente” nos livros didáticos de História. Destarte, acrescentava o autor, este desprezo pela natureza não se justificava mais, “devido ao agravamento da crise ambiental no Brasil e os estudos já existentes” (SOFFIATI, 1990, p. 46). A “ausência” da natureza nos livros didáticos apontada por Soffiati estava ligada a demora na incorporação de discussões ambientais, principalmente aquelas que problematizassem as relações depredatórias da natureza ao longo da história humana. Questões essas que estavam efervescentes desde os anos 1970.

Concordamos com Soffiati até certo ponto. Porém, apenas para dar alguns exemplos, é muito difícil imaginar livros didáticos de História sem a presença de mapas geográficos, como as representações espaciais dos territórios nacionais e globais; sem a reprodução da pintura “A Primeira Missa no Brasil” (Victor Meirelles, 1860) e a paisagem edênica em torno daquele aglomerado de pessoas e a cruz (“a primeira madeira” derrubada pelos portugueses); ou até mesmo sem o cenário de imponência de Dom Pedro I sobre um cavalo, construída por Pedro Américo na obra “Independência ou Morte” (1888).

Provavelmente, a representação da natureza, mesmo que sem a finalidade de ser analisada e discutida por professores e alunos, ganhando um sentido pejorativo de “ilustração”, esteve presente na maioria dos livros didáticos produzidos e distribuídos no Brasil, disputando espaço com os bustos de “heróis” e “grandes personagens”. Portanto, o que faltava era o efetivo debate sobre como nos relacionamos com os fatores bióticos e abióticos

no tempo e no espaço. Acreditamos que esta era a tese defendida por Soffiati.

Parece que a partir dos anos 1990 esse cenário começou a mudar e, provavelmente, uma mudança mais significativa veio por volta dos anos 2010, mais especificamente após a aprovação das Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental, Resolução número 2, de 15 de junho de 2012. Comparamos alguns livros didáticos dos anos 1990 com outros do ano de 2015. E identificamos que a problemática ambiental foi ganhando espaço e se consolidou como um tema necessário nos manuais didáticos.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o tema “Meio Ambiente” nos livros didáticos de História. Para tanto, utilizamos as coleções “História & Consciência do Mundo” (Volume 2, 1995; Volume 1, 1996) e a coleção “Historiar” (2015), ambas da Editora Saraiva, do autor Gilberto Cotrim.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Por uma Educação Ambiental

No ano de 1962 foi publicada a primeira edição do livro “Primavera Silenciosa”, da bióloga estadunidense Rachel Carson (2010), uma obra que impulsionaria anos mais tarde movimentos ambientalista pelo mundo afora. Para Genebaldo Freire Dias (2004), no curso dos movimentos populares dos anos 1960, a obra “Primavera silenciosa” provocou uma grande inquietação internacional, ecoando seis anos depois, na Organização das Nações Unidas (ONU), “quando a delegação da Suécia chamaria a atenção da comunidade internacional para a crescente crise do ambiente humano” (DIAS, 2004, p. 78), o que segundo o autor, foi “a primeira observação oficial, naquele foro, sobre a necessidade de uma abordagem globalizante para a busca de soluções contra o agravamento dos problemas ambientais” (Ibidem).

Nas décadas seguintes a temática ambiental proporcionou inúmeros debates. No Brasil, desde 1981, com a Lei 6.938/1981, que trata sobre a “Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação” (BRASIL, 1981), a Educação Ambiental (EA) é citada como princípio no artigo 2º, inciso X que preconiza “educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (Ibidem).

Anos mais tarde, na CF de 1988, através do seu Artigo 225, ficou estabelecido que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). E, para garantir esse direito, o Estado dentre suas várias providências, determina no inciso VI: “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública

para a preservação do meio ambiente” (Ibidem).

No ambiente escolar formal, desde os anos 1990, têm se formulado leis, diretrizes e parâmetros para uma aplicabilidade da EA, assim as secretarias de educação, as escolas, os professores e muitos outros agentes que atuam direta ou indiretamente no processo de ensino-aprendizagem, buscam se adequar as novas demandas culturais.

Os professores de História nos parecem um dos atores mais importantes para o êxito deste processo. Importante destacar o papel mobilizador, crítico e construtor/destruidor de ideologias do ofício historiográfico. Mas para além disso, não conseguimos pensar em outra concepção do que é ser historiador, que não leve em consideração a relação humana com o mundo natural ao longo do tempo e, a partir desse princípio, o professor e a disciplina de História são tão importantes. As editoras de livros didáticos, por força de lei ou para aumentar as chances de serem contempladas nos editais do PNLD, tentaram acompanhar essas mudanças.

As duas coleções que analisamos neste trabalho foram produzidas pela Editora Saraiva. Esta Editora é uma das mais antigas do Brasil, formada em 1910, por Joaquim da Fonseca Saraiva. A produção de livros didáticos começou muitos anos após sua fundação, em 1938, sendo que seu sucesso neste campo só foi acontecer nos anos 1970 (CASSIANO, 2005).

Ao compararmos as duas coleções, foi possível identificar um nítido avanço na estruturação dos livros, com uma forte influência da história cultural (na coleção “Historiar”), em contraposição a história factual e econômica (da coleção “História e Consciência do Mundo”). Mas outro ponto que merece destaque é a inclusão do debate ambiental, especialmente porque essa questão é normalmente associada às disciplinas das áreas de Ciências da Natureza e da Geografia e, apesar dos anos que se passaram desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a transversalidade do tema “Meio Ambiente”, ainda é um engodo nas aulas de História.

## **2.2 Resultados e discussões: o “Meio Ambiente” nas coleções “História & Consciência do Mundo” e “Historiar”, da Editora Saraiva**

Mesmo com a proximidade das discussões ambientais que desenrolavam na Eco-92, a coleção “História & Consciência do Mundo”, manteve uma linha editorial afastada dessas problemáticas. Na verdade, se predomina nessa coleção a concepção utilitarista da natureza, ou seja os recursos naturais são vistos a partir dos benefícios que eles podem proporcionar aos humanos.

Ao tratar o tema “domínio do fogo”, por exemplo, o autor enfatiza o quanto o domínio dessa técnica afastou os humanos dos outros animais e, como isso representava a subjugação humana da natureza:

Ao produzir e apagar o fogo, ao transportá-lo e usá-lo, o homem afastou-se definitivamente dos outros animais. Tornou-se um ser criador. Controlava o curioso processo de queima, o misterioso poder do calor. *Assim, foi afirmando seu poder sobre a natureza.* (COTRIM, 1996, p. 11. Grifo nosso)

Essa mesma discussão é trabalhada na coleção “Historiar” (COTRIM; RODRIGUES, 2015, p. 12), porém de forma diferente. Os autores enfatizam que a principal diferença entre os humanos e os outros animais é a velocidade com que eles se adaptam aos variados ambientes, inclusive a capacidade de controlar o fogo foi um dos fatores que possibilitou sua adaptação e sobrevivência ao longo dos anos. Processo esse, permitido pela nossa capacidade de transmitir, pela linguagem, de uma geração para outra. Em uma aproximação das abordagens socioambientais, os autores acrescentam: “Somos criaturas e criadores do mundo em que vivemos. Em muitos aspectos, *transformamos a natureza mesmo fazendo parte dela.* Nesse processo, *criamos coisas* extraordinárias, mas também *destruímos de modo devastador*” (COTRIM; RODRIGUES, 2015, p. 12. Grifo nosso).

É possível observar que, ao destacar os seres humanos como agentes transformadores do mundo, os autores enfatizam que em muitos casos esse processo é “devastador”. Não perdendo de vista dessa forma, da consequências das ações humanas ao longo do tempo.

Outro exemplo bem interessante para analisarmos é o debate sobre a mineração. Sabemos que nos últimos anos essa temática tem estado muito em evidência, principalmente devido a invasão das terras Yanomami na Amazônia pelos garimpeiros. E, por se tratar de uma atividade econômica que mobilizou os brasileiros e estrangeiros ao longo da história do Brasil, os livros didáticos de História sempre abordam o tema, principalmente quando discutem os ciclos econômicos.

A extração de minérios exige uma significativa modificação do ambiente onde ela é praticada: a escavação dos terrenos, o desmatamento, o assoreamento e a mudança do curso dos rios. Quando usados produtos químicos, como o mercúrio, para a extração de ouro, por exemplo, os riscos para a saúde humana e dos animais aquáticos ou terrestres e as plantas são incalculáveis. A coleção “História & Consciência do Mundo” ao trabalhar a questão da mineração não apontou os possíveis impactos que a atividade poderia gerar. Carregada ainda de uma perspectiva econômica da história, privilegiou abordar as características da colonização adotada no Brasil: grandes propriedades de terra, com foco na agricultura de exportação e a extração de minérios; e a utilização de trabalho escravizado.

Infelizmente, a coleção “Historiar” também não explorou a temática com a profundidade que o problema exige. Em todo um capítulo, intitulado “Mineração e sociedade”, os autores apenas expuseram os aspectos econômicos, sociais e culturais característicos dessa fase do Brasil Colônia. No final do capítulo, na seção destinadas as atividades de fixação e revisão do conteúdo, propõem uma pesquisa sobre a “atividade extrativa mineradora nos dias atuais” (COTRIM; RODRIGUES, 2015, p. 264). A partir da pesquisa, os alunos necessitarão responder, entre outras questões: “A atividade mineradora pode causar problemas ambientais? Quais?” (Ibidem). O mais estranho é que no capítulo em

análise não são apontados os “problemas ambientais” da mineração, sendo assim as respostas não serão encontradas no livro. No nosso entendimento, os autores perderam uma excelente oportunidade de debater criticamente a temática.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se na coleção “História & Consciência do Mundo” o tema “Meio Ambiente” não aparece de forma explícita, na coleção Historiar a abordagem é muito diferente. Nesses vinte anos que separam as duas coleções, ocorreram muitas mudanças no currículo. A formação para a cidadania é a baliza que orienta o currículo escolar no Brasil desde a redemocratização. Saber seus deveres é tão importante quanto saber seus direitos. Assuntos como, reciclagem, desmatamento, poluição, consciências ambiental e outros, que ficavam restritos as disciplinas das áreas de ciências da natureza e da terra, ultrapassaram a barreira da especialidade disciplinar e agora perpassam por todas as disciplinas, dialogando diretamente com a realidade vivida pelos alunos e professores, complementando as discussões que são feitas nas disciplinas regulares.

Os problemas ambientais – mas também poderíamos falar de ética, saúde etc. – podem ser trabalhados em uma perspectiva global, mas recomenda-se que o ponto de partida e ações sejam realizadas localmente. Provavelmente, muitos alunos e professores tenham que lidar com problemas diários de falta de saneamento básico (água tratada, esgotamento sanitário, drenagem das águas pluvial, coleta dos resíduos sólidos), descarte de resíduos nas ruas, poluição do ar, poluição dos rios e muitos outros. E como entra a história nisso tudo? A disciplina “História” nos ajuda a compreender o papel humano nesses processos, apontando a influência dos aspectos culturais e históricos.

Assim, a tomada de consciência histórica também passa pela consciência ambiental. A educação ambiental tem um papel crucial na reformulação do pensamento dos indivíduos na sociedade atual. Sua atuação se dá no sentido de conscientizar o indivíduo para que ele perceba “a finitude e a má distribuição no acesso aos recursos naturais e envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas” (CARVALHO, 2012, p. 52). Este processo educativo se dará observando as especificidades de cada grupo a ser trabalhado, respeitando os saberes populares e tradicionais. Uma educação ambiental de cunho socioambiental “procura levar o indivíduo a situar-se historicamente no tempo e no espaço, conduzindo-o a pensar e agir de forma crítica e transformadora, atuando com ética e responsabilidade na sociedade em que vive” (NASCIMENTO, 2010, p. 114).

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso: 15/11/2022.

BRASIL. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm). Acesso: 22/02/2022.

BRASIL. Resolução Nº 2, de 15 De Junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Ambiental. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf). Acesso: 10/07/2024.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Traduzido por Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 281-312, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/122/80>. Acesso: 02/07/2022.

COTRIM, Gilberto. **História & Consciência do Mundo**. Editora Saraiva, V. 1, 1996.

COTRIM, Gilberto. **História & Consciência do Mundo**. Editora Saraiva, V. 2, 1995.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar**. Editora Saraiva, 2ª edição, 6º ano, 2015.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar**. Editora Saraiva, 2ª edição, 7º ano, 2015.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar**. Editora Saraiva, 2ª edição, 8º ano, 2015.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar**. Editora Saraiva, 2ª edição, 9º ano, 2015.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. – São Paulo: Gaia, 2004.

NASCIMENTO, Maria de Fátima Falcão. **Educação Ambiental**: trajetória, fundamentos e práxis pedagógica. Cadernos IAT, Salvador, v.3, n.1, p. 104-117, 2010.

SOFFIATI, Arthur. A ausência da Natureza nos Livros Didáticos de História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9 nº 19, pp. 43-56, set.89/fev.90. Disponível em: [https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3878](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3878). Acesso: 29/07/2019.

**PALAVRAS-CHAVE**: Educação Ambiental; livro didático; ensino de História.